



Suplicy: "Cansei de esperar. Vamos ver o que o Malan vai mandar. Se enviar os documentos, desisto da ação"

Oposição reage contra acordo

Denise Rothenburg
Da equipe do **Correio**

O acordo do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras instituições financeiras para captação de US\$ 41,5 bilhões é agora alvo de uma ação judicial. Encabeçada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a ação popular começou a tramitar ontem na 15ª Vara da Justiça Federal em Brasília com um pedido de liminar que, se aceito, pode suspender a assinatura de qualquer acordo até que haja um julgamento final.

A ação pede que qualquer acordo com o FMI, ou outro organismo internacional, seja suspenso até que o Congresso se pronuncie a respeito. E cita ainda como réus o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, acusando-os de descumprir a Constituição.

“O artigo 52 da Constituição diz que cabe ao Senado analisar opera-

ções desse tipo. Queremos assegurar que o governo brasileiro encaminhe ao Senado toda a documentação dos acordos com o FMI, Bis, Bird, BIB e G-7 antes que sejam assinados, para que se faça cumprir o artigo 52 da Constituição”, disse Suplicy.

As siglas que ele citou se referem às instituições que estão empregando dinheiro ao Brasil. Além do FMI, participam o Banco de Compensações Internacionais (Bis), Banco Mundial (Bird), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o grupo dos países mais ricos, conhecidos por G-7.

A ação popular foi distribuída ontem mesmo para o juiz João Luiz de Sousa. O senador Suplicy conversou com o juiz por dez minutos e disse a ele que, se o governo brasileiro enviar toda a documentação, desiste da ação. Suplicy e os parlamentares de oposição querem saber todos os detalhes do acordo — as chamadas “letrinhas miúdas” que existem em qualquer contrato.

Os oposicionistas alegam que até agora não há qualquer informação sobre que garantias o governo concedeu para captar um volume tão alto de recursos, ou ainda qual foi o superávit financeiro previsto para o Fundo. O sinal de alerta máximo para a oposição foi uma nota do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo do Rio (Sindipetro-RJ) publicada ontem no **Correio Braziliense**.

A nota do Sindicato diz que “entre

as exigências do FMI para fechar o acordo de empréstimo com o governo brasileiro, está a penhora das ações da Petrobras e a privatização das hidrelétricas”, diz o texto.

O sindipetro do Rio acusa ainda o governo de fechar acordos com o chapéu alheio: “O controle acionário da Petrobras não é o Executivo, mas da União. Portanto está sob a responsabilidade dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Qual o teor desse acordo? nem o Congresso Nacional será informado sobre o que está sendo vendido em troca desse empréstimo?”, perguntam os petroleiros.

Suplicy insiste na análise do acordo pelo Senado e na obtenção desses dados desde o início de novembro. A resposta do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), foi a de que a operação com o FMI não precisava passar pelo Senado porque todas as formas de negociação com o Fundo fazem parte do direito brasileiro desde a aprovação do convênio de constituição do Fundo e as alterações posteriores. Quanto às operações com o BID e BIRD, a resposta de ACM foi a de que serão submetidas ao Senado.

Malan prometeu ontem a ACM que enviará a documentação dos acordos até segunda-feira às 12h. “Cansei de esperar. Espero há duas semanas. Vamos ver o que o Malan vai mandar. Se ele enviar todos os documentos, desisto da ação. Caso contrário, continuo”, disse Suplicy.